

PROPOSTAS PARA O
GOVERNO MUNICIPAL
DE BELÉM

CANDIDATO

**JOSÉ
PRIANTE**

VICE **PATRÍCIA QUEIROZ**

2020



COLIGAÇÃO
JUNTOS POR BELÉM



**PROPOSTAS PARA O
GOVERNO MUNICIPAL
DE BELÉM**

CANDIDATO

**JOSÉ
PRIANTE**

VICE PATRÍCIA QUEIROZ

2020

**COLIGAÇÃO
JUNTOS POR BELÉM**



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	5
1. EDUCAÇÃO BÁSICA	6
2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	9
3. INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO	11
4. SEGURANÇA E CIDADANIA	13
5. NOSSA SAÚDE	16
6. MOBILIDADE URBANA	18
7. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	20
8. CULTURA E PATRIMÔNIO	23
9. SANEAMENTO BÁSICO	25
10. JUVENTUDE E DIVERSIDADE	27
11. TURISMO E SEUS SERVIÇOS	30
CONCLUSÃO	32

APRESENTAÇÃO

Ao longo de muitas décadas, Belém vem sofrendo redução progressiva na qualidade de vida e bem-estar de sua população.

A cidade forjada na riqueza dos áureos tempos da exploração da borracha, projetada pelos olhares e planos dos governantes de então para ser a Paris dos trópicos, e que se tornou a grande vitrine e metrópole da Amazônia, vem empobrecendo, perdendo parcela da sua singularidade, vendo seu esplendor empalidecer. Muitos dos seus encantos são hoje apenas lembranças refletidas na retina dos que viram e viveram uma experiência que parece não poder mais ser repetida.

A cada ano estatísticas vão revelando índices de desenvolvimento humano que nos envergonham.

Razões existem a explicar nossa decadência, e duas, certamente, estão no topo da lista: a ineficiência e a omissão de governos e políticos observadas, sobretudo, nos últimos 30 anos.

Mas há sempre espaço para a esperança e tempo para o recomeço. Belém mantém suas potencialidades e riquezas – e ainda são muitas suas vantagens comparativas – expressas em valores muito próprios do nosso lugar: diversidade, cultura, inteligência, beleza e gente.

O que manifesto agora nas reflexões alinhadas neste texto é a certeza de que é possível, sim, voltar a viver em uma Belém onde seus espaços – de lugar ou de cidadania – sejam mais bem aproveitados e apropriados pelos que aqui vivem. Essa certeza é reforçada ainda pela garantia da parceria com o governo do Estado, agente imprescindível neste tempo de restrições orçamentárias e crise sanitária para reposicionar o município nos rumos do progresso sustentável. O governador Helder Barbalho já deu demonstrações de que colocará sua liderança a serviço dessa missão.

Por fim ressalto que este documento é resultado de uma construção colegiada. Na sua tessitura juntaram-se pessoas de diversas áreas de atuação profissional e de perfis socioeconômicos distintos, que, com suas experiências, saberes e disposição para contribuir com o desenvolvimento da nossa cidade, elaboraram este conjunto de ideias, propostas e ações que tenho a honra de apresentar como meu plano de governo para o quadriênio 2021-2024.

Sei bem que a tarefa de resgatar Belém para um tempo de glória, orgulho e oportunidades para todos não será fácil. Porém, com criatividade coletiva, compromisso público, transparência plena e pessoas honestas e talentosas na condução das políticas e práticas de governo será possível descortinar horizontes de muito mais virtudes para a Belém do futuro: moderna, pujante, justa e linda.

#Vamos em frente!

JOSÉ PRIANTE

INTRODUÇÃO

Com uma área de 1.059,46 Km² e população de mais de 1,4 milhão de habitantes, Belém é a 2ª cidade mais populosa da Região Norte e a 12ª do Brasil. Sua população é composta por 48% de homens e 52% de mulheres e o município registra 1 idoso para cada 10 pessoas com mais de 15 anos de idade – taxa de envelhecimento de 10%.

Do seu PIB de R\$30 bilhões (19% de todo o Estado), o setor de serviços detém 57%, a indústria 12%, a agropecuária 0,26%, a administração pública 16% e os impostos sobre serviços 15%. A cidade possui uma estrutura econômica com 17 mil estabelecimentos formais, sendo 8 mil distribuídos no setor de serviços e 6 mil no comércio, tendo cerca de 160 mil micro e pequenas empresas cadastradas como ativas.

O estoque total de empregos formais é de 409 mil (38% do total no Pará), com 169 mil vínculos empregatícios oriundos do setor de serviço.

A marca das nossas extremas dificuldades e desigualdades está escancarada nos números que revelam a fragilidade socioeconômica de parcela expressiva da população: do total de habitantes, 39% estão inscritos no CAdÚnico (consideradas pessoas de baixa renda) e 36% estão abaixo da linha da pobreza.

Esses dados genéricos sobre a nossa capital servem de pano de fundo para o cenário traçado neste plano de governo, cujo objetivo é assentar o alicerce do que se constituirá em um modelo eficiente de gestão para a cidade, tendo os aspectos estratégicos do planejamento, mérito, transparência e do acompanhamento de metas como o norte para o caminho da reestruturação municipal.

É importante anunciar que toda a concepção e compromissos estabelecidos neste programa tem o aval do governo estadual. A parceria prefeitura e governo será um ativo determinante à consecução dos objetivos traçados no projeto a resgatar Belém do atraso. Além disso, registre-se que o programa está totalmente alinhado com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O documento agora apresentado está estruturado em forma de tópicos sobre os temas que representam o conjunto mais amplo das necessidades da população. Inicialmente, por cada tema proposto, são feitas análises da situação atual do município, sinalizando os problemas de maior preocupação. Em sequência, são listados grupos de propostas e/ou metas com objetivo de solucionar ou mitigar as consequências desses problemas. Por fim, projetos especiais são elencados, dando destaque ao que pode ser entendido como a composição de uma agenda mínima a ser implantada durante o governo.

1. EDUCAÇÃO BÁSICA

CRIANÇA COMO PRIORIDADE



1.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Especialistas em educação apontam que a prioridade básica no nosso sistema de ensino deve ser a melhoria dos indicadores de aprendizagem nas séries iniciais. Mais ainda, identificam o avanço expressivo da oferta de vagas na educação infantil (creches e pré-escola), e a alfabetização na idade certa de todas as crianças, como metas estratégicas para alcançar índices de desempenho escolar compatíveis com os de países no topo do ranking internacional.

Medida por essas balizas, Belém está longe do ponto ideal. A oferta em creches públicas é de pouco mais de 3500 vagas, que corresponde a menos de 10% do número de crianças de 0 a 3 anos vivendo em famílias de baixa renda. Na pré-escola (faixa etária de 4 a 5 anos) as vagas públicas ofertadas não cobrem 40% do contingente de crianças elegíveis a esse nível de ensino. Muito pouco, portanto.

No que diz respeito à alfabetização uma preocupação nos assalta: é grande o número de analfabetos funcionais nas escolas da rede municipal, bem como elevada é a distorção idade-série – alunos com idade elevada para a série que cursam. Identificá-los e dar-lhes o reforço e a aceleração escolar necessários é fundamental.

Manter a qualidade da rede física das escolas é uma prática que melhora a autoestima da comunidade. Isso, entretanto, não se observa em muitas unidades escolares, de maneira especial naquelas localizadas nas zonas periféricas da cidade, várias hoje em condições precárias. Para piorar essa realidade, são grandes os impactos derivados do alto nível de criminalidade observado no entorno de algumas dessas escolas, tornando urgente a adoção de medidas para assegurar maior proteção a seus alunos e trabalhadores.

Uma característica negativa do ensino municipal é o desnível observado no desempenho escolar entre escolas. Se a rede é a mesma, deveria haver maior uniformidade de desempenho. É forçoso instituir um sistema de avaliação permanente e que aponte medidas de correção para essas discrepâncias.

Com a crise de saúde pública decorrente do coronavírus revelou-se o que já estava latente: a necessidade inadiável de incorporar a tecnologia e a inovação ao processo didático-pedagógico. A metodologia ativa da aprendizagem, pela qual o estudante é parte protagonista do seu processo formativo, precisa ser estimulada, com positiva implicação na redução das aulas conteudista, em que o professor dispensa todo o

tempo a expor tópicos facilmente obtidos em aplicativos digitais disponíveis.

Todavia, quaisquer sejam as mudanças estabelecidas no sistema de ensino, o professor continuará sendo a ator mais importante no cenário da educação, sendo seu papel tão mais representativo quanto maior for sua disposição e a oportunidade para, continuamente, se capacitar e se qualificar em temas e áreas relacionados ao chão da sala de aula – de modo preferencial, em serviço.

1.2 PROPOSTAS/METAS

- Aumentar, a cada ano, em mínimos 50% o número de vagas nas creches e mínimos 30% o número de vagas na pré-escola, considerando a possibilidade da universalização no horizonte de tempo do mandato;
- Formatar um programa de reforço escolar para reduzir o analfabetismo funcional observado em alunos do ciclo fundamental menor;
- Expandir a rede de escolas de tempo integral, com prioridade para as regiões de maior fragilidade socioeconômica;
- Estabelecer um ambicioso programa de aceleração escolar para diminuir a distorção idade-série;
- Instituir um observatório educacional independente que, em parceria com universidades, avalie o desempenho global do sistema de ensino, apontando medidas de correção aos problemas identificados;
- Promover ampla reestruturação física das escolas, garantindo salas multimeios e de leitura, bibliotecas e conectividade digital de qualidade;
- Incorporar nos concursos para professores parâmetros que avaliem, além de conhecimento prático/teórico e habilidade didática, valores como liderança, comunicação, empatia e criatividade;
- Trabalhar, em parceria com a polícia militar, para assegurar uma rede de proteção às escolas localizadas em áreas de maiores índices de criminalidade;
- Reformular os projetos pedagógicos do ensino fundamental, de modo a incorporar modelos didáticos mais estimuladores da aprendizagem;
- Dar mais incentivo ao aprendizado de língua estrangeira e expandir as atividades culturais, esportivas e de lazer nas escolas;
- Abrir as escolas para utilização pela comunidade, permitindo que as unidades escolares sejam ambientes de humanização, troca de experiências e valorização da cultura de paz;
- Institucionalizar programa de formação continuada para professores e técnicos da educação, preferencialmente em serviço e em temas inerentes ao chão da sala de aula;
- Valorizar a inclusão social garantindo maior acesso à educação especial e de comunidades tradicionais;
- Estimular a cultura de respeito à diversidade desde as séries iniciais;

- Adequar os currículos da educação infantil e fundamental para incluir a educação financeira;
- Utilizar metodologias criativas para despertar a conscientização ambiental dos estudantes de todos os níveis da rede municipal;
- Implantar a escola de formação de dirigentes e gestores escolares.

2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

MODERNIDADE E RESPONSABILIDADE



2.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Um modelo de governança bem planejado, transparente e orientado por resultados -- estimulando celeridade e eficiência nos encaminhamentos de processos e procedimentos administrativos e buscando alcançar saldos equilibrados e sustentáveis no balanço das contas públicas -- deve estar no horizonte das preocupações e metas de qualquer prefeitura. Olhado sob essa referência, muita coisa precisa ser feita em Belém. A começar por dar maior acesso à informação sobre a realidade orçamentária e financeira do município, hoje escondida nos labirintos dos canais de comunicação da gestão atual.

O que se quer para Belém é um modelo de gestão diferente desse atualmente em vigor. Queremos um padrão de governança bem estruturado, aberto, democrático e eficiente, valorizando iniciativas inovadoras que produzam ampliação no acesso do cidadão a serviços mais humanizados e de melhor qualidade.

Isso só será feito com a adoção de medidas que definam e assegurem a prioridade na alocação dos recursos da prefeitura, bem como com a garantia de que as ações e procedimentos da gestão sejam pautados pelos princípios do planejamento colegiado, boa execução, avaliação permanente e da segura e firme correção de rotas.

Dois fatores são imprescindíveis para o alcance de tais objetivos: 1) a participação ativa de servidores mais bem preparados e remunerados; 2) a incorporação da tecnologia digital como instrumento de aperfeiçoar o fluxo dos processos institucionais e dar maior transparência aos atos administrativos, promovendo maior eficácia e efetividade aos serviços prestados aos munícipes.

2.2 PROPOSTAS/METAS

- Reforçar os instrumentos do controle interno, de modo a prevenir e combater práticas danosas ao interesse público;
- Alinhar todos os programas e projetos de todas as secretarias e órgãos da administração municipal aos 17 ODS e a Plataforma + Brasil do Governo Federal, visando aumentar a capacidade de captação de recursos internacionais e nacionais;

- Aprimorar os canais de comunicação para cumprir as exigências de publicidade e transparência às políticas e práticas do governo;
- Praticar uma eficiente gestão de custos, a fim de garantir melhor aplicação dos recursos destinados a serviços e bens adquiridos;
- Implantar centrais de atendimento aos cidadãos pelos distritos administrativos para aproximar a prefeitura da população;
- Garantir os recursos para atender às contrapartidas nos projetos financiados por fontes externas públicas ou privada;
- Firmar parceria com o governo do estado para utilização da sua plataforma de processo eletrônico, eliminando a tramitação em papel de processos internos;
- Assegurar direitos adquiridos, individuais e coletivos, dos servidores do município;
- Valorizar o servidor público por meio de remuneração justa, garantindo-lhe possibilidade de formação continuada, de modo a torná-lo mais apto às novas exigências organizacionais;
- Utilizar critérios com foco em resultado na avaliação de desempenho do servidor;
- Estimular grupos nas redes sociais a participar do monitoramento das ações e programas do governo;
- Abrir canais permanentes de diálogo respeitoso e democrático com as representações sindicais no tratamento de suas reivindicações;
- Estabelecer padrões baseados em valores pessoais e profissionais para nomeação a cargos comissionados.

3. INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

RUMOS À NOVA ECONOMIA



3.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Conhecimento é hoje o insumo mais estratégico da nova economia. A incorporação da ciência, da tecnologia e da inovação na produção de bens e serviços tem aberto oportunidades para maior produção de riqueza, promoção de mais bem-estar à população e geração de novos e melhores empregos.

Essa constatação induz a utilidade de se estimular a criação, atração e fixação de empreendimentos de base tecnológica, servindo-se da inovação como ponte para superar barreiras que limitam a economia à produção mais tradicional.

Belém, com seu modelo econômico forjado fundamentalmente no comércio, serviços e turismo, é carente de práticas e de negócios inovadores, precisando dar saltos em direção a novas experiências que possam trazer maiores oportunidades de arrecadação de tributos e geração de melhores e mais bem remunerados postos de trabalho.

Já há estrutura estabelecida para alguma inflexão nos rumos da economia municipal. Nossa capital concentra a maior produção científica e tecnológica de toda a Amazônia e aqui está instalado o único parque tecnológico da região. Uma ampla rede de empreendedores está disponível para participar na formação de arranjos produtivos inovadores, esperando apenas o aceno e o estímulo do governo municipal para a tarefa.

Considerando que as pequenas e microempresas são responsáveis pela grande maioria dos negócios realizados nos dias de hoje, e fonte geradora de parcela significativa dos empregos, é imperativo dar a elas tratamento diferenciado, sobretudo no que concerne à facilidade ao crédito e a qualificação e capacitação de seus empreendedores e colaboradores.

Para constituição do arranjo institucional que valorize novas e promissoras ideias é indispensável a elaboração de leis específicas para esse fim, bem como a parceria com o governo do estado e o Sebrae, de modo a promover uma qualificada intervenção na base produtiva local. Iniciativa semelhante a do programa estadual Start-up Pará pode ser replicada com foco para o município, financiando projetos e ideias que usem a inovação para explorar novos negócios, bem como melhorar a qualidade dos serviços ofertados pelo governo e por setores econômicos tradicionais.

3.2 PROPOSTAS/METAS

- Estabelecer parcerias com o sistema S para capacitação de empreendedores, tendo a premissa da inovação como norte das políticas de geração de emprego e renda;
- Estimular a inovação em setores tradicionais da economia, em parceria com entidades representativas de diferentes áreas de negócio;
- Utilizar o fundo municipal para financiar iniciativas que desenvolvam o espírito empreendedor, apoiando, em parcerias com universidades, as atividades desenvolvidas em incubadoras de empresas, parques tecnológicos e agências de inovação;
- Difundir a cultura empreendedora desde o ensino fundamental;
- Promover pitches para estimular e financiar o desenvolvimento de soluções tecnológicas direcionadas à administração pública;
- Implantar e regulamentar a Lei Geral Municipal das Micro e Pequenas Empresas;
- Estabelecer cultura de fiscalização orientadora, ou seja, antes de receber punições os empreendedores são orientados sobre o que precisa fazer para se adequar à legislação;
- Dar início ao projeto Combú Sustentável com diversas ações de incentivo à visitação das pessoas à Ilha, com melhorias do acesso à travessia, capacitações, divulgação da gastronomia e incentivo ao turismo interno e externo;
- Incentivar a gastronomia e o turismo de Mosqueiro, Outeiro e Icoaraci com a melhoria e modernização das ruas e orlas das praias, capacitação e organização dos bares e restaurantes e desenvolvimento de aplicativo com roteiro de visitação e divulgação das belezas naturais;
- Dar partida ao programa Compras Belém, visando incentivar compras municipais de pequenos negócios instalados na cidade;
- Realizar licitações diferenciadas para o Microempreendedor Individual (MEI);
- Incluir os produtos da agricultura familiar no cardápio da merenda escolar;
- Estruturar e executar programas de capacitação específicos para a terceira idade, utilizando a estrutura do CRAS;
- Estruturar e monitorar os serviços sociais tendo o CRAS como porta de entrada para a inclusão produtiva, geração de oportunidades para trabalho e renda familiar;
- Criar distritos e condomínios industriais, garantindo infraestrutura básica para viabilizar a instalação e funcionamento de empreendimentos industriais;
- Capacitar pequenos agronegócios e disponibilizar assistência técnica;
- Estimular campanhas de promoção do comércio local em datas festivas ou de destaque, repercutindo de forma significativa no aumento do fluxo de pessoas e de vendas no comércio;
- Atrair grandes empreendimentos, com redução de burocracia e incentivos;
- Estimular a aproximação entre os pequenos fornecedores e as grandes empresas.

4. SEGURANÇA E CIDADANIA

DO DIREITO DE VIVER EM PAZ



4.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Nas duas últimas décadas, no Brasil, particularmente em suas capitais e regiões metropolitanas, o drama da insegurança pública tem se apresentado, além de trágico, pelas perdas de centenas de milhares de vidas, também como um entrave central ao desenvolvimento com justiça. Onde não há segurança, se estabelece uma interdição de ambiência para o crescimento dos negócios, um desestímulo aos investimentos e ao empreendedorismo, uma intimidação dos fluxos turísticos, um temor permanente nas instituições educacionais que trava a liberdade pedagógica, uma dificuldade constante de prestação de serviços em regiões onde domina ou predomina a cultura criminal e as relações fundadas no autoritarismo e na violência.

Onde não se garante um mínimo de segurança para ir e vir, para organizar a livre manifestação da expressão popular, para assegurar bens conquistados com trabalho, não pode haver educação de qualidade, não pode haver saúde de qualidade, não pode haver urbanização de qualidade, não pode haver espaço qualificado para manifestações criativas e expressivas da cultura do povo. Sem segurança, a vida vai minguando.

Esse é um problema gravíssimo que atinge, hoje, todas as capitais brasileiras e com Belém não é diferente.

A publicação do 12º Anuário de Segurança Pública, em outubro de 2018, cujo conteúdo foi amplamente repercutido na imprensa, colocou Belém como uma das três capitais com maior taxa de mortes violentas do País, com 67,5 mortos para cada 100 mil habitantes, enquanto a medida nacional era de 27,5 mortos por cada 100 mil habitantes.

Foi com este cenário que a atual gestão do governo estadual assumiu a segurança pública no início do ano de 2019, merecendo destaque o fato de que a Região Metropolitana de Belém, com maior ênfase na Capital, concentrava mais da metade do total de crimes praticados em todo o Estado do Pará.

Assim, o governo do estado passou a programar uma série de medidas especialmente voltadas à Capital e sua região metropolitana, cujo sucesso se revela nas seguintes ações: desarticulação de grupos criminosos organizados classificados como milícias; reformulação da estrutura de policiamento ostensivo com a Operação Polícia + Forte; implantação da política pública Territórios Pela Paz; e intervenção e reorganização do sistema penitenciário.

A partir dessas medidas, passados aproximadamente 22 meses, já se obtém a redução de em torno de 30% dos índices de criminalidade no Estado, sendo que esses índices se aproximam de 50% no nosso município.

O Estado do Pará vem fazendo a sua parte e derrubando constantemente índices criminais, mas, ainda assim, a cidade de Belém continua uma das mais inseguras do país. Os níveis criminais se mantiveram nos primeiros postos do ranking nacional por muitos anos. É preciso persistência para fazer com que caiam até padrões internacionais considerados razoáveis. E é preciso um trabalho integrado entre o ente federado estadual e o ente federado municipal.

Diga-se, como efeito de demonstrar a inércia e o descaso da atual gestão municipal, que todas as medidas exitosas até aqui executadas não tiveram o envolvimento da prefeitura em nenhuma iniciativa voltada para o enfrentamento e a redução da violência. Não há praticamente nenhuma participação do município em políticas sistêmicas de segurança cidadã. A prefeitura se limita a um trabalho muito basilar com sua Guarda Municipal (expressiva numericamente, mas muito depreciada e pouco apoiada, atuando em um paradigma velho de predominância de zeladoria de patrimônio). A municipalidade não tem qualquer participação na política pública TerPaz, realizada com sucesso pelo governo estadual, nem em seu segmento preventivo/repressivo e muito menos em seu segmento social. Em nada a gestão municipal contribui e sempre que pode se contrapõe e procura dificultar as ações empreendidas pelo estado.

Nos aspectos de segurança e cidadania, ações específicas devem ser direcionadas para dois grupos com níveis elevados de vulnerabilidade: mulheres “chefes de família” e pessoas em condições de moradia de rua.

2. PROPOSTAS/METAS

- Instituir o Conselho Municipal de Segurança e Cidadania, com participação paritária da sociedade civil para deliberar a política municipal de segurança e cidadania;
- Expandir o efetivo da guarda municipal, implantando plano de carreira para a corporação e objetivando atender à necessidade, segurança e proteção da população;
- Adquirir equipamentos dignos do efetivo da corporação, viaturas adequadas, EPIs de boa qualidade, armamentos suficientes, inclusive os não letais, no sentido de permitir o uso racional, proporcional e progressivo da força;
- Instalar o Centro Tecnológico de Comando e Controle, para dar boa visibilidade das praças e dos espaços públicos da cidade, permitindo cobertura e resposta rápida dos órgãos responsáveis pela segurança;
- Manter e ampliar a rede de iluminação pública levando em consideração as chamadas “manchas criminais”, ou seja, áreas urbanas com elevados índices de criminalidade no período noturno;
- Urbanizar e recuperar o calçamento de vias públicas onde os veículos policiais não conseguem trafegar para prestar serviço à população;

- Integrar a atuação da Guarda Municipal de Belém na vertente preventiva dos cinco Territórios pela Paz implantados no município de Belém (Terra Firme, Guamá, Jurunas, Benguí, e Cabanagem);
- Instituir sistema integrado de informações da guarda municipal, dos órgãos de trânsito e da defesa civil do município, conectado ao Sistema Estadual de Segurança Pública - SIEDS;
- Iniciar a escola permanente para a formação de Guardas Municipais, conforme previsão do parágrafo 2º, do artigo 12, da Lei Federal 13022/2014, com formação técnica necessária a múltiplas tarefas exercidas pelo guarda municipal, e com forte formação humanística para o atendimento, proteção e abordagem da população nos parâmetros do respeito e da promoção da cidadania;
- Realizar convênios com instituições acadêmicas para a formação intelectual complementar dos guardas, seja em termos de cursos livres, seja de graduação, seja de pós-graduação em segurança pública;
- Realizar em parceria com a Fapespa o Censo Municipal de Populações de Rua;
- Implantar programa de apoio ao dependente químico em situação de rua, em ação articulada com Funpapa, Sesma, Sespa e comunidades terapêuticas;
- Criar o Programa Municipal de Moradia para populações de rua;
- Realizar atendimento médico, gratuito e de qualidade, com equipe multiprofissional, distribuição de remédios, sempre à noite, às populações de rua, nas áreas de concentração. Para os problemas de saúde mais complexos, as equipes farão uma ficha de encaminhamento para unidades da rede pública de saúde e acompanharão todo o atendimento;
- Elaborar programa de inserção ou reinserção produtiva de jovens e adultos em situação de moradia de rua;
- Oferecer formação supletiva e capacitação profissional às pessoas em situação de rua que o desejarem.

5. NOSSA SAÚDE

CUIDADO RESOLUTIVO E MAIS HUMANIZADO



5.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

O sistema público de saúde em Belém, a despeito das melhoras promovidas neste tempo de pandemia pelo governo do estado, traduzidas na abertura de novos leitos (regulares/UTI) e na aquisição e instalação de equipamentos hospitalares, continua a apresentar muitas e graves deficiências estruturais. As promessas feitas pelo atual prefeito ao tempo da última campanha eleitoral mostraram-se enganosas.

Segundo dados oficiais sobre o sistema de saúde, as políticas e ações estabelecidas pela gestão municipal voltadas à atenção básica mostram-se insuficientes e ineficazes para atender nossa população. A rápida leitura desses dados permite afirmar: a taxa de mortalidade infantil (13,6/1mil nascidos) e a de mortalidade materna (72/100mil nascidos) em Belém são maiores que a média nacional (14 e 62, respectivamente); a cobertura do programa Estratégia Saúde da Família é em torno de três vezes menor que a média nacional; a incidência do câncer do colo do útero continua em patamares inaceitáveis para uma cidade do porte de Belém; aproximadamente 20% dos partos são registrados em mães entre 10 e 19 anos, uma situação de drama com consequências na evasão escolar, abandono de lares e comprometimento da renda familiar.

Cenário evidente do descuido com o gerenciamento da saúde revela-se no fato de que, entre 2014 e 2018, Belém registrou queda de 10% na quantidade de leitos, sendo os serviços de obstetrícia e pediatria os mais afetados.

Outro ponto que merece atenção está associado ao volume de procedimentos médicos realizados aqui no município em pacientes oriundos de outros lugares. Respeitando o caráter solidário definido pelo conceito do SUS, é inadiável tornar claro a forma de repartição das responsabilidades financeiras para que os custos não recaiam apenas sobre o sistema de Belém.

Importante ressaltar a experiência de sucesso iniciada pelo governo do estado com a instalação da Policlínica Metropolitana. Ao tempo de maior crise decorrente da pandemia do coronavírus, foi essa unidade que deu o atendimento mais célere e adequado às milhares de pessoas que buscaram tratamento. Repetindo essa iniciativa para o domínio do município, os tipos de serviços prestados na Policlínica Metropolitana vão estar disponíveis em unidades de saúde da prefeitura, por todos os distritos de Belém, pelos próximos quatro anos.

Estatísticas recentes revelam que os problemas decorrentes do aparelho circulatório são a principal causa de óbitos na Capital – 25% do total de morte, seguido

pelas neoplasias com 16%. Desse modo, uma ação a ser promovida é a implantação de uma unidade de saúde de referência no tratamento dessas doenças.

O fato é que a realidade se mostra dura para aqueles que procuram o atendimento público quando doença e dor lhes assaltam. Isso precisa e vai mudar!

O que se quer implantar no município é um sistema capaz de atender, de maneira integral e humanizada, as demandas da população, garantindo-lhe acesso a serviços de maior qualidade. Para isso a parceria com o governo do estado é estratégica e decisiva. A disposição para o estreitamento e avanço de ações conjuntas entre as duas esferas de governo já foi anunciada pelo governador Helder Barbalho. Essa parceria será certamente virtuosa, capaz de proporcionar saltos qualitativos sem par nos indicadores de saúde pública em Belém.

5.2 PROPOSTAS/METAS

- Ampliar a rede de atendimento municipal pela construção de unidades básicas de saúde e ampliação e requalificação do PSM, em parceria com o governo do estado;
- Instituir atendimento de urgência 24 horas em todos os distritos administrativos da cidade;
- Reduzir a mortalidade infantil para 11 por 1000 nascidos vivos, no intervalo de quatro anos;
- Diminuir significativamente as filas de atendimento e criar um fluxo com prontuários digitais, tecnologia e inovação na marcação de exames e consultas, à semelhança da experiência exitosa da Santa Casa de Misericórdia;
- Diminuir em 20% a mortalidade materna, até o final do mandato da gestão;
- Resolver, em entendimento com as outras esferas de governo, o problema da regulação de leitos, tornado mais evidente neste período de pandemia;
- Explorar a tecnologia da informação como ferramenta para desenvolver práticas inovadoras no atendimento dos usuários e na melhoria da gestão administrativa;
- Duplicar a cobertura do programa Estratégia Saúde da Família e das equipes de saúde bucal;
- Aumentar o número de profissionais da saúde, garantindo qualificação e remuneração digna;
- Ampliar a assistência em saúde para as populações ribeirinhas, disponibilizando UBS fluviais para a tarefa;
- Rediscutir o compartilhamento dos custos de atendimento de saúde de pacientes de outros lugares atendidos em Belém;
- Reforçar campanhas voltadas à vacinação e à redução de doenças decorrentes do uso de álcool, drogas e cigarro;
- Expandir a rede de tratamento a dependentes químicos e a rede de atenção psicossocial;

6. MOBILIDADE URBANA

IR E VIR SEM ATROPELOS



6.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

O ato simples das pessoas em se deslocar de um lugar a outro se tornou em Belém, de muitas maneiras, grande sacrifício. Vive-se aqui o caos urbano, sem ordem e respeito aos mínimos preceitos para uma relação de convivência harmoniosa no trânsito de pessoas. Símbolo da ineficiência das recentes políticas públicas para a mobilidade urbana, a implantação do BRT se arrasta por mais de dez anos, inacabada, levantando dúvidas sobre a atual utilidade desse modo de transporte na forma como foi originalmente concebido. Transformar esse símbolo de incúria administrativa em equipamento de satisfação popular é o mínimo a ser feito.

Muitas razões servem a explicar o precário padrão de mobilidade no município: sistema de transporte coletivo obsoleto e não integrado; a maioria das linhas saindo dos bairros mais periféricos e se dirigindo ao centro; superposição da oferta nos principais corredores e carência nas áreas periféricas; baixa integração de linhas alimentadoras atendendo aos bairros mais afastados; infraestrutura deficiente nos principais corredores de transporte.

Maior esforço institucional deve ser colocado na elaboração do planejamento urbano, tendo em vista que a ausência de regras na ocupação lindeira dos principais corredores de transporte contribui para a ineficiência dos sistemas de média capacidade que estão se implantando nessas artérias.

As recentes gestões municipais têm dado pouca importância ao conceito de microacessibilidade. Esse tipo de fluxo alternativo precisa ser mais bem explorado em nossa cidade, tanto nos corredores centrais quanto em bairros da periferia. Hoje, entretanto, o uso intensivo do modal ciclovário é impedido pela escassez e descontinuidade das ciclovias e pela falta de segurança no trânsito. Ainda referente aos aspectos da microacessibilidade, destaque-se a precariedade das calçadas em toda cidade, com impactos deletérios nos padrões de mobilidade.

Registre-se que as intervenções estruturantes no sistema viário do município estão todas sendo feitas pelo governo do estado, sem nenhuma integração com a prefeitura. A parceria entre essas duas esferas de governo serão valorizadas e ampliadas nos próximos anos.

6.2 PROPOSTAS/METAS

- Completar as obras inacabadas do projeto do BRT, estabelecendo as devidas correções no seu projeto original;

- Expandir a infraestrutura troncal do BRT, com a implantação do corredor centenário e centro expandido de Belém, requalificando os terminais do corredor Augusto Montenegro;
- Ampliar a rede integrada de transporte coletivo, com a inclusão de mais linhas alimentadoras nos bairros periféricos;
- Compartilhar a gestão e integrar os serviços de transporte urbano com as cidades da região metropolitana;
- Promover a automatização dos equipamentos de tráfego (semáforos e câmeras, entre outros), facilitando o fluxo do trânsito;
- Garantir acessibilidade e sustentabilidade nos equipamentos de transporte coletivo;
- Modernizar a frota de ônibus urbano, com a exigência de instalação de ar-condicionado;
- Resgatar a prática de mobilidade fluvial, instituindo linhas de transporte para Icoaraci, Mosqueiro e Ilhas do entorno;
- Revisar os contratos de concessão, adaptando-os aos interesses da população e às novas exigências de mobilidade;
- Diminuir o número de vítimas no trânsito em pelo menos 5% ao ano;
- Compatibilizar o planejamento da mobilidade urbana ao uso e ocupação do solo, visando mitigar os efeitos negativos da concentração de atividades terciárias e da ocupação inadequada dos principais corredores de transporte;
- Estender a malha cicloviária por todo o município, identificando polos geradores de tráfego para bicicletas;
- Implantar paraciclos em pontos de maior demanda por uso de bicicletas;
- Reformar calçadas com prioridade nas áreas de maior concentração de atividades terciárias e nos corredores turísticos da cidade;

7. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

VIVER EM HARMONIA COM A CIDADE



7.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Belém padece há anos da falta de planejamento urbano e de políticas públicas que coloquem o meio ambiente e suas condicionantes de sustentabilidade como centro das preocupações.

Muitos são os exemplos a corroborar essa afirmação: a quantidade elevada de áreas ocupadas de forma desordenada; bairros com pouca oferta de serviços básicos, como saneamento, transporte e lazer; baixa cobertura vegetal por toda a cidade.

Considerada a metrópole da Amazônia, nossa cidade é muito pouco arborizada – no Estado ocupa a 91ª posição entre os 144 municípios, quando se mede a proporção da área preservada.

A esse quadro de péssimos indicadores, some-se o fato de Belém ser a capital do país com, proporcionalmente, o maior número de favelas, onde vivem, em sua maioria, pessoas com menor consciência ecológica e, portanto, maior indiferença com o ambiente verde urbano.

Uma ação urgente a ser colocada em marcha pela prefeitura para interferir no processo de degradação ambiental por que passamos é o (re)plantio de árvores de vários tipos em ruas, avenidas e logradouros de maior importância, numa demonstração que sinalize a preocupação de transformar Belém em espaço amigável ao meio ambiente.

Registre-se aqui a existência de um Plano Municipal de Arborização para a cidade, sem nenhuma consequência prática, desconhecido pela população, hoje letra morta no escaninho das inutilidades promovidas pela atual gestão.

Para além da preservação da natureza, com efeito indispensável à manutenção da vida humana, o cuidado com o meio ambiente tem implicações econômicas importantes -- turismo ecológico e de aventura, por exemplo. Tome-se por referência o que está acontecendo na Ilha do Combú, com seus restaurantes e a travessia de barcos se constituindo em atração turística de relevância. Isso também está acontecendo na Ilha de Cotijuba, em ilhas próximas ao Rio Maguari e na costa oeste de Mosqueiro. A prefeitura precisa investir na infraestrutura necessária para tornar essa e outras atividades mais atrativas.

Por falar em Mosqueiro, vale à Ilha uma nota a parte. O descaso com o balneário é tanto que seus moradores querem a separação de Belém. É preciso cuidar de Mosqueiro, atraindo de volta os moradores “flutuantes”, que lá têm sua segunda

residência. Uma alternativa pode ser o turismo de aventura e o esportivo. Há rios navegáveis que cruzam as áreas internas de Mosqueiro, apropriados para a prática da canoagem recreativa e esportiva. Há ainda maciços florestais que poderiam ser usados para trilhas, de caminhada e de corridas. Marinas públicas devem ser construídas como forma de atrair proprietários de lanchas da RMB, criando um novo polo turístico-ecológico. A instituição de uma unidade de conservação teria grande apelo ao turismo ecológico e de aventura. Isso tudo sem esquecer, claro, da urgência por um plano de preservação e restauro dos históricos chalés da Ilha.

A verdade é que o tema da preservação e sustentabilidade ambiental precisa ganhar a consciência de todos. Importante, então, estimular ampla participação popular na exigência e defesa de políticas que valorizem o meio ambiente. Para isso é fundamental abrir espaços de esclarecimentos e debates sobre esse tema em escolas, empresas e ruas. Enfim, em todo lugar, envolvendo todos.

O que está sendo feito hoje em matéria de comunicação, de conscientização e de educação ambiental, não congrega, não tem coordenação, não é visível e não tem escala. É preciso mais esforço e inventividade em tempos de poucos recursos públicos.

7.2 PROPOSTAS/METAS

- Concluir o projeto do Parque Ambiental Municipal, obra pensada como compensação ambiental para a construção da Avenida Centenário.
- Instituir programa de preservação das mangueiras, hoje sofrendo corte raso em várias áreas de Belém.
- Conduzir ações para revitalizar e inaugurar parques e praças.
- Conscientizar a população sobre o valor dos canais da cidade, de modo a serem vistos como curso d'água vivo e não apenas ambiente onde é jogado todo tipo de resíduo.
- Promover intervenção paisagística no entorno desses canais, de modo a criar espaços de melhor e maior convivência aos moradores.
- Aumentar a oferta nos espaços públicos de mobiliário urbano (bancos, mesas e playground) feitos com materiais sustentáveis.
- Fechar para o lazer da população, aos domingos e feriados, espaços de grandes e largas avenidas (por exemplo, pistas centrais da Avenida Pedro Miranda).
- Dar mais utilidade à Avenida 25 de Setembro, fazendo uma intervenção urbanística, fechando-a aos domingos e feriados e conectando-a ao Bosque Rodrigues Alves.
- Estimular a criação de hortas e pomares urbanos comunitários, bem como o plantio de árvores, predominantemente em quintais na periferia.
- Construir marinas e portos públicos para induzir o turismo ecológico pelos rios do entorno da cidade.
- Elaborar plano de habitação para as áreas do centro comercial, desapropriando as pequenas casas desocupadas e destinando-as para a população de baixa renda.

- Negociar com a União a doação ou alienação de prédios públicos há anos desocupados para que sejam transformados em moradias populares.
- Abrir estacionamentos públicos na região do centro pela desapropriação de grandes espaços não ocupados, ou ocupados com comércio de baixo retorno de emprego e renda.
- Avaliar a proposta de fechamento das ruas do Centro, retomando o processo de revitalização das suas fachadas históricas e compondo com o projeto do governo do estado de criar uma trilha de turismo histórico, indo do Porto Futuro até a Cidade Velha.
- Propor, em parceria com o governo do estado, uma política municipal efetiva de preservação dos mananciais, cursos d'água e nascentes da cidade.

8. CULTURA E PATRIMÔNIO

O VALOR DO QUE É NOSSO



8.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Formadores da identidade belenense, a fé e a diversidade cultural são patrimônios inestimáveis da nossa gente.

Também são vetores dinâmicos de desenvolvimento econômico, por seu impacto em outros setores e sua grande capacidade de geração de trabalho e renda, constituindo toda uma cadeia de valor que precisa de estímulo do poder público e patrocínio da iniciativa privada.

A cultura tradicional e a cultura da fé têm grande e positiva influência na formação do capital humano e na inclusão social. Por isso a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, entre outras instituições, já dedicam ampla atenção à cadeia de valor da cultura.

Compreender os fenômenos, as experiências e os sistemas religiosos como parte da cultura de um povo significa apreender um fator identificável na experiência humana, que se apresenta como imagens, símbolos, ritos e crenças validados por milhões de pessoas na forma de diferentes tradições que fazem parte dessa aventura existencial e cultural que é a história.

A cultura está presente no comer, no vestir, nas experiências profundas de compreensão do mundo, do outro e de nós mesmos.

É a base de saberes e fazeres que moldam nossa história, nossa memória e nossa identidade. Mas, para além de ser o motor gerador do prazer de ouvir música, assistir a um filme, dançar, comer e até rezar, a cultura é o ganha pão de milhões de pessoas que, com seu trabalho, geram impostos, pagam tributos e movimentam a economia dos territórios.

Organizar a cidade e garantir que estas expressões possam florescer, com respeito aos direitos individuais e coletivos, fará de Belém um exemplo da convivência democrática e fará a roda da economia da cultura girar, gerando não apenas subsistência e riqueza, mas também alegria, inclusão e, sobretudo, respeito.

Nosso patrimônio histórico dá à cidade características singulares muito atrativas para quem nos visita e se revela também como importante vetor econômico para a exploração do turismo cultural. As praças, igrejas, palacetes e casarios são equipamentos públicos de beleza rara, com potencial extraordinário para atração de turistas de todo lugar. Revitalizar esses ambientes, hoje quase todos abandonados, é tarefa que se impõe com a máxima urgência.

8.2 PROPOSTAS/METAS

- Apoiar as mais diversas expressões da religiosidade da nossa gente como, por exemplo, os Círios, os festivais gospel e festividades afro-religiosas;
- Promover a Virada Cultural de Belém, tornando-a atividade periódica e estendendo-a aos distritos, procurando valorizar diversas regiões da cidade e suas manifestações culturais;
- Dar apoio às mais diversas manifestações culturais tradicionais como o carnaval, os pássaros e quadrilhas juninas, os bois, grupos de carimbó e grupos para-folclóricos;
- Fomentar as diferentes linguagens artísticas da cultura urbana contemporânea, como o Hip Hop, Rap, Grafite, Rock, Universo Geek;
- Revitalizar o centro histórico de Belém pela recuperação das áreas da Cidade Velha e do Comércio;
- Requalificar com urgência os equipamentos públicos de maior potencial turístico, provendo-lhes segurança, limpeza e conservação;
- Disponibilizar maior volume de recursos próprios para a área cultural, tentando atrair parceiros privados para a promoção de novos projetos;
- Desenvolver ações para preservar o patrimônio histórico material dos distritos de Icoaraci, Outeiro e Mosqueiro;
- Resguardar o patrimônio imaterial da Região das Ilhas, com seus saberes e tradições;
- Incentivar, com estímulo do IPTU, reformas e restaurações de imóveis de valor histórico ou cultural;
- Estimular e fomentar a produção cultural nas escolas da rede municipal;
- Financiar produção audiovisual de apoio à difusão do patrimônio cultural, artístico, ambiental e paisagístico de Belém;
- Implantar núcleo de apoio a projetos, oferecendo auxílio e capacitação a produtores culturais e preparando-os para acessar financiamento proveniente de várias fontes.

9. SANEAMENTO BÁSICO

CIDADE LIMPA E SAUDÁVEL



9.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

O Plano Municipal de Saneamento Básico de Belém, instituído por lei em 2015, estabeleceu para o período de 2014 a 2033 a universalização do acesso ao abastecimento de água com qualidade e em quantidade suficientes às suas necessidades, à coleta e tratamento adequados do esgoto e dos resíduos sólidos e ao manejo correto das águas pluviais. Passou o tempo e os cenários de realização desses propósitos continuam sombrios.

Análises apontam o saneamento como item de maior preocupação dos moradores de Belém. Mais de 60% das pessoas que responderam a uma pesquisa recente revelaram ser essa a origem de suas maiores aflições.

Tal constatação não surpreende, considerado o acúmulo de dificuldades decorrentes da falta de pavimentação e drenagem de ruas, coleta inadequada do lixo urbano, baixa cobertura de água e esgoto tratado, além da inexecução de projetos estruturais que se arrastam no tempo, como a macrodrenagem de diversas bacias hidrográficas.

Problema crônico de Belém, a coleta e destinação de resíduos sólidos não recebe a devida atenção, descuido esse agravado nos bairros mais afastados do centro. Lixões ou aterros supostamente sanitários já se mostraram soluções inapropriadas para o tratamento do lixo, de modo que uma resposta mais pertinente ao problema deve considerar práticas e procedimentos tecnológicos e inovadores já experimentados com sucesso em outros lugares, onde os resíduos sólidos coletados são utilizados como fonte de energia e de emprego e renda.

Os alagamentos recorrentes na cidade, caóticos em períodos de chuva, estão na lista das maiores angústias dos que aqui moram. A gestão municipal já mostrou não saber como mitigar esse sofrimento.

Água demais em lugares indevidos, água de menos onde é preciso. Segundo a PNAD contínua de 2019, 114 mil domicílios estão fora da rede geral de distribuição de água na capital, número praticamente inalterado há quatro anos.

Estudos apontam que apenas 13% da população da capital são atendidos por sistemas de coleta de esgoto, com menos de 1% do esgotamento sanitário sendo tratado. Muito pouco para quem ostenta o título de metrópole da Amazônia.

Melhorar a qualidade da água, promover o tratamento do esgoto em muito maior proporção e dar prosseguimento aos projetos inacabados da macrodrenagem de

diferentes bacias são demandas a exigir um rigoroso trabalho técnico e político para acessar fontes de financiamento disponíveis ao investimento necessário – isso será executado em parceria com o governo estadual.

Bairros periféricos da cidade têm ruas intrafegáveis, onde atendimentos públicos de emergência, como os de ambulâncias, carros de bombeiros e da polícia, não podem chegar aos cidadãos. Serviços de terraplanagem e pavimentação asfáltica devem ser urgente e prioritariamente disponibilizados nesses locais.

Sabe-se que soluções para problemas relativos à água e esgoto na cidade envolvem diretamente o governo do estado. Portanto, alinhar os interesses dos governos estadual e municipal no encaminhamento dessas soluções é imprescindível e será feito.

Por fim, é inegável que matéria de tamanha importância como o saneamento urbano não poderia ter sido tratada com a inércia demonstrada pela gestão atual. O resultado desse descaso está à vista de todos: a realidade dramática dos efeitos negativos provocados na vida de tanta gente.

9.2 PROPOSTAS/METAS

- Triplicar em quatro anos, em parceria com o governo do estado, a taxa de cobertura da rede coletora de esgoto, garantindo o adequado tratamento;
- Instituir sistema efetivo para coleta de pelo menos 20% de todo o resíduo sólido reciclável produzido no município;
- Viabilizar acordos setoriais de logística reversa, envolvendo grande produtores de resíduos na reutilização e descarte desses resíduos;
- Trabalhar em conjunto com o governo estadual para expandir o sistema de abastecimento de água, de modo a garantir cobertura universal na cidade;
- Completar o projeto de urbanização da orla de Belém até a UFPA e, em parceria com o governo estadual, de toda a bacia do Tucunduba;
- Elaborar projetos com vistas a captar recursos para a despoluição de todos os igarapés margeando a cidade;
- Executar manutenção efetiva e contínua em canais, bueiros e galerias para reduzir os alagamentos;
- Viabilizar, em parceria com os governos estadual e federal, os recursos para realizar as obras de macrodrenagem dos canais do MataFome e do Paracuri, recuperando as condições ambientais ao longo de seus cursos;
- Apoiar análises e pesquisas visando o controle do transbordamento de bacias hidrográficas, tornando os canais unidades de detenção da água pelo uso de comportas ou elevatórias de água pluvial;
- Estimular a captação e reserva de água em telhados de grandes dimensões, como os de shopping, supermercados, ginásios de esportes e outros;
- Incentivar o uso de resíduos da construção civil como material de aterro em áreas de baixada.

10. JUVENTUDE E DIVERSIDADE

OPORTUNIDADES PELA INCLUSÃO



10.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

No Brasil, os adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos são, a um só tempo, as maiores vítimas e os maiores perpetradores da violência e da criminalidade. Isso se explica, em grande parte, pela anomia advinda de uma ausência significativa do acompanhamento e balizamento adulto, pela ausência de estado e forte predomínio, em regiões periféricas, de organizações criminais, pelos conteúdos midiáticos hegemonicamente banalizadores da violência e da dor, pelas dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, geradas pela carência de vagas e pelo pouco ou nenhum acúmulo experiencial laboral nessa faixa etária, pela ideologia consumista que se impõe como “valor” maior na vida e por um sistema de ensino precário em termos de construção de valores solidários, ao lado de relevantes índices de evasão escolar.

Pesquisa realizada pela Universidade Popular (UNIPOP) em 2005, com 600 jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, na Região Metropolitana de Belém, mostra que 13,82% estão preocupados com a violência e a fome, 12,76% com a falta de oportunidade de trabalho e emprego, 11,70% com educação de qualidade e 10,63% com a desigualdade social. Em Belém 12,52% dos jovens de 15 a 24 anos vivem em situação de vulnerabilidade social (não estudam e não trabalham) e 32,6% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos estão desempregados. Esses indicadores mostram que o percentual de jovens vulneráveis à violência, ao crime e à prostituição em Belém é muito grande, exigindo do poder público uma intervenção alternativa.

Se muitos jovens enfrentam dificuldades pela falta de oportunidades apresentadas pelas circunstâncias da vida que levam, há um contingente grande de pessoas de todas as idades sofrendo discriminação por serem percebidas como “diferentes” pelo olhar daqueles que se consideram “mais comuns”. Essa é a realidade no Brasil de pretos e pobres, mulheres, indígenas, LGBTQs, portadores de necessidades. A execução de políticas públicas com fim de garantir mais direitos e oportunidades a essas pessoas é dever dos que têm a responsabilidade pela gestão do município.

Por fim, ressalte-se o papel transformador do esporte na formação e inserção social do cidadão. Uma proposta de governo comprometido socialmente deve promover políticas públicas que contemplem o esporte através de um conjunto de atividades ofertadas para todos, mas de maneira especial para grupos de vulnerabilidade social.

10.2 PROPOSTAS/METAS

- Escolarizar, em 18 meses, jovens que necessitem recuperar o tempo perdido fora da escola (incluindo-se aí o ensino médio que, apesar de ser uma prioridade da educação estadual, não está excluído do escopo da municipalidade);
- Prover qualificação técnica/profissional, em 18 meses, no contraturno, incluindo jovens já formados no ensino médio;
- Conceder bolsa de ensino aos adolescentes e jovens frequentadores do supletivo/ contra turno profissionalizante e também aos adolescentes e jovens matriculados e frequentando apenas a modalidade profissionalizante;
- Parceria com o Sistema S para a estruturação da formação profissionalizante;
- Acompanhar os jovens formados para colocação no mercado de trabalho;
- Dar estímulo e apoio a atividades contra a homofobia;
- Instituir rede municipal de atenção à saúde da comunidade LGBTQ;
- Implementar programas de combate ao racismo institucional;
- Criar “Escolas de Arte para a Juventude” (música, dança, desenho e pintura, artes cênicas) nos territórios urbanos com maior incidência estatística de violência e criminalidade, buscando parceria com o programa estadual Territórios pela Paz, mas não se limitando às áreas cobertas por esse programa;
- Instituir “Escolas de Esportes”, com educação técnica e para valores (futebol, voleibol, natação, basquete), a partir de espaços ofertados pela prefeitura ou de aproveitamento conveniado com o estado (Usinas da Paz, por exemplo) e organizações do terceiro setor;
- Reformar o complexo esportivo da Sacramenta, através de parceria com o governo do estado;
- Revitalizar as academias ao ar livre, com disponibilização de profissionais qualificados para orientação adequada aos usuários;
- Organizar e estruturar Ruas de Lazer, em uma construção coletiva com os centros comunitários dos bairros, prioritariamente para as populações periféricas e a Região das Ilhas;
- Desenvolver atividades orientadas de atividade e lazer em massa (caminhadas, ginásticas, passeios, etc), visando o envolvimento da população na prática saudável do esporte e lazer, necessários ao equilíbrio psicofisiológico do homem moderno;
- Requalificar as quadras de esporte de referência dos distritos de Belém;
- Reestruturar o ginásio de esportes Altino Pimenta;
- Resgatar a Escola Municipal de Dança, ampliando seus atendimentos e o repertório das modalidades de dança;
- Construir o complexo esportivo da Marambaia;
- Promover eventos esportivos que fomentem o turismo;

- Realizar os Jogos de Integração das Ilhas de Belém;
- Estimular entidades esportivas e de lazer que envolvam prioritariamente a população periférica;
- Garantir estratégias de controle social para promover medidas educativas de conscientização da sociedade civil na preservação e cogestão dos espaços públicos esportivos e de lazer.

11. TURISMO E SEUS SERVIÇOS

A VOCAÇÃO DA CIDADE



11.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

O Estado do Pará, de acordo com dados levantados pela SETUR/PA, recebeu, em 2019, cerca de um milhão de turistas, sendo cem mil turistas internacionais e novecentos mil turistas nacionais, com a grande maioria deles entrando ou saindo do Estado pela cidade de Belém. A receita total do setor foi de, aproximadamente, R\$720 milhões.

Apesar das boas perspectivas para o setor do turismo levantadas ao início de 2020, com a expectativa de crescimento em várias atividades, o cenário de calamidade sanitária global derivada da pandemia da Covid-19 acabou por causar a paralização praticamente total das operações turísticas, reduzindo as possibilidades de faturamento e transformando completamente o futuro dessa importante dimensão da economia brasileira e paraense. Sem dúvida, trata-se de um dos segmentos mais afetados pela corrente crise econômica derivada da pandemia.

Desse modo cabe à futura gestão do município de Belém trabalhar de forma a acelerar a retomada das atividades turísticas na cidade, bem como de recuperar os prejuízos causados pelas paralizações decorrentes da pandemia do coronavírus, adotando medidas fomentadoras de novos negócios e fluxos turísticos.

As iniciativas adotadas devem visar o aumento da competitividade dos produtos e serviços turísticos belenenses frente aos seus rivais (outros destinos com as mesmas características no Brasil e no mundo), incrementando sua qualidade, eficiência, produtividade, originalidade e segurança por meio da diversificação da oferta turística, da capacitação e qualificação de empreendedores e colaboradores, inovação nos processos de produção e comercialização, adensamento da presença virtual, valorização da identidade e autenticidade belenense e do aprimoramento da infraestrutura turística.

Mesmo sendo o turismo uma dimensão da economia essencialmente privada, ações governamentais bem planejadas e executadas em conjunto com a iniciativa privada serão cruciais para a recuperação das empresas atuantes neste segmento e da sua capacidade de geração de emprego, renda e valorização da cultura material e imaterial de Belém.

11.2 PROPOSTAS/METAS

- Instituir o Centro da Economia Criativa e do Turismo de Mosqueiro, com o escopo de estruturar e fomentar a economia criativa e o turismo cultural na ilha, ressaltando a sua história, artesanato e gastronomia;
- Requalificar as vias no Comércio de Belém, como a Rua Conselheiro João Alfredo, Travessa Sete de Setembro, trechos das Travessas Frutuoso Guimarães e Campos Sales, entre outros, com calçamento e ordenamento do comércio de forma a garantir segurança e conforto a consumidores e vendedores;
- Reformar a Orla de Icoaraci e construir terminal hidroviário turístico;
- Estruturar e diversificar a oferta turística considerando as novas tendências de mercado e os seguimentos prioritários;
- Trabalhar na estruturação de novos produtos voltados para o seguimento do turismo cultural, como a criação de rotas para ônibus turísticos, rotas gastronômicas nas ilhas de Belém, aulas de culinária e artesanato para turistas;
- Explorar o turismo de natureza, especialmente na região das ilhas de Belém e municípios vizinhos cujo acesso se dá por Belém;
- Estimular a atração de eventos com alto potencial de geração de fluxo turístico, na sua estruturação e na sua promoção, a fim de ampliar o número de turistas e o tempo de estadia na cidade por participantes, aliando a viagem de negócio às experiências de lazer;
- Promover capacitação de mão-de-obra e consultoria para empresas de turismo e seus colaboradores;
- Disponibilizar em todas as mídias, de maneira organizada, acessível e atraente, informações sobre a cidade e seus atrativos para todos os turistas que pensam em visitar a cidade;
- Promover a realização de eventos culturais que possam atrair fluxos turísticos durante ao ano todo, como festivais de gastronomia, música paraense, do folclore paraense, além do fomento e apoio aos tradicionais carnavais e festas juninas;

CONCLUSÃO

Belém é uma cidade abandonada pela sua administração municipal. Não fossem os qualificados programas do governo estadual, praticamente nada se estaria fazendo para minorar o sofrimento e a escandalosa exclusão da maior parte das pessoas que habita a cidade.

Uma vitória, nas próximas eleições, de linha distinta desse tipo de administração pública protocolar, burocrática, mecânica, minimalista, acomodada, deve significar, necessariamente, cerrar fileiras com o governo estadual, no sentido da superação da chocante desigualdade de tudo que se vê no município.

O grande desafio de Belém, uma cidade econômica e culturalmente tão rica, com um povo tão valoroso, é dar um salto ético e de modernidade, mitigando diferenças sociais tão gritantes, oferecendo oportunidades, prestando serviços de qualidade e tornando-se uma cidade segura (no sentido lato, social, e estrito, da segurança das ruas) para todos os que nela habitam.

Repito não ser fácil a missão à frente. Afirmo, entretanto, estar preparado para liderar o movimento de soerguimento da nossa cidade. Minha trajetória de serviços públicos prestados, iniciada ainda jovem como vereador de Belém, e continuada por mais de quatro mandatos de deputado federal, me credencia para a tarefa de dar concretude às ideias e projetos aqui apresentados.

Com a legitimidade vinda das urnas, e ao colocar em execução as propostas elencadas neste plano de governo, tenho certeza de que Belém viverá um novo tempo.